

ANÚNCIO DE ABERTURA DE PERÍODO DE APRESENTAÇÃO

DE CANDIDATURAS

N.º 04 / Operação 3.1.2 / 2019

INVESTIMENTO DE JOVENS AGRICULTORES NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

(Portaria n.º 118/2018, de 30 de abril, na sua redação atual)

A submissão de candidaturas é efetuada entre as 17:00h de 23 de setembro de 2019 e as 17:00h de 8 de novembro de 2019 ao abrigo do disposto na Portaria supra identificada, que estabelece o regime de aplicação da Ação 3.1.2 do PDR 2020.

Nos termos do artigo 14.º da Portaria citada, são os seguintes os termos e condições aplicáveis ao presente Anúncio que não dispensam a leitura atenta da legislação comunitária e nacional, bem como, dos demais normativos aplicáveis (OTE n.º 114/2019 e OTG's).

1. OBJETIVOS E PRIORIDADES VISADAS

As candidaturas apresentadas devem prosseguir os seguintes objetivos:

- a. Fomentar a renovação e o rejuvenescimento das empresas agrícolas e da estrutura produtiva agroindustrial, potenciando a criação de valor, a inovação, a qualidade e segurança alimentar, a produção de bens transacionáveis e a internacionalização do sector.
- b. Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas, promovendo a inovação, a formação, a capacitação organizacional e o redimensionamento das empresas;
- c. Preservar e melhorar o ambiente, assegurando a compatibilidade dos investimentos com as normas ambientais e de higiene e segurança no trabalho;

2. TIPOLOGIA DAS INTERVENÇÕES A APOIAR

A tipologia de intervenção a apoiar respeita a investimentos nas explorações agrícolas cujo valor total seja superior a 25 000€.



3. ÁREA GEOGRÁFICA ELEGÍVEL

Todo o território do Continente.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTAL

A dotação orçamental é de 20.000.000 € distribuída pelos seguintes sectores de investimento:

- Viticultura – 400.000 €;
- Cerealicultura – 600.000 €;
- Fruticultura – 6.000.000 €;
- Olivicultura – 2.600.000 €;
- Horticultura, Floricultura e PAM – 5.400.000 €;
- Pecuária Intensiva – 3.800.000 €;
- Pecuária Extensiva – 1.200.000 €;

5. CANDIDATURAS ADMITIDAS

Apenas são admitidas candidaturas conjuntamente com candidaturas apresentadas pelos mesmos titulares ao Anúncio n.º 09/Operação 3.1.1/2019 da Operação 3.1.1 “Jovens Agricultores”. Com a apresentação de candidatura ao Anúncio n.º 04/Operação 3.1.2/2019, no mesmo formulário o jovem está a apresentar em simultâneo uma candidatura ao Anúncio n.º 09/Operação 3.1.1/2019. Nesta situação, o jovem agricultor terá de cumprir todos os critérios de elegibilidade das duas operações para que a candidatura possa ser aprovada.

Apenas se admite uma nova candidatura por beneficiário, corretamente formalizada e acompanhada de todos os documentos obrigatórios, durante a vigência temporal do presente anúncio.

A atribuição do sector de investimento resulta da informação declarativa efetuada na candidatura referente aos sectores, sendo a candidatura associada ao sector com maior peso relativo (%). Em caso de empate, a candidatura é associada ao sector em que se verificarem maiores proveitos para o ano cruzeiro.

Não são admissíveis candidaturas para investimentos associados à instalação de novas áreas de plantação de olival na área de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA).

Não são admissíveis investimentos na instalação de culturas permanentes regadas em terrenos adjacentes a perímetros de rega de Aproveitamentos Hidroagrícolas, quando tenham origem de água a título precário, proveniente destes.

Às candidaturas apresentadas ao abrigo do presente Aviso são aplicáveis os princípios gerais previstos no art.º 60.º *Cláusula de Evasão* do Regulamento (UE) n.º 1306/13, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, que dispõe: “Sem prejuízo de disposições específicas, não é concedida qualquer vantagem ao abrigo da legislação agrícola setorial a pessoas singulares ou coletivas relativamente às quais se conclua terem sido criadas artificialmente as condições requeridas para obter tais vantagens, contrariamente aos objetivos da referida legislação.”

6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os candidatos ao presente apoio e os investimentos propostos devem reunir as condições exigidas nos artigos 5.º, 6.º e 7.º da Portaria n.º 118/2018, de 30 de abril, na sua redação atual.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E RESPECTIVOS FACTORES, FÓRMULAS, PONDERAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

As candidaturas devidamente submetidas são objeto de hierarquização.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Valia Global da Operação.

A metodologia de apuramento da Valia Global da Operação utilizada para a seleção e hierarquização das candidaturas assenta na aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{VGO} = 0,05 \text{ OP} + 0,15 \text{ LOC} + 0,10 \text{ GR} + 0,10 \text{ NIP} + 0,10 \text{ IA} + 0,10 \text{ MP} + 0,40 \text{ TIR}$$

Em que,

OP – Agrupamentos, Organizações de produtores ou Cooperativas

Será considerada a integração do promotor num Agrupamento ou Organização de Produtores reconhecidos, ou Cooperativa credenciada, com atividades nos sectores de investimento e o compromisso de adesão, com a atribuição da seguinte pontuação:

- Membro de OP/AP reconhecida ou Cooperativa credenciada – 20 pontos
- Compromisso de integração em OP/AP reconhecida ou Cooperativa credenciada – 10 pontos
- Outras situações – 0 pontos

A qualidade de membro de OP/AP reconhecida ou Cooperativa credenciada será validada com base na informação relativa à data de submissão de candidatura e à data de validação do último pedido de pagamento.

LOC – Localização do investimento

A candidatura será pontuada tendo em conta a localização da maior parte do investimento elegível (> 50%), da seguinte forma:

- Zona desfavorecida de montanha ou áreas geográficas elegíveis ao abrigo dos Anúncios 6 a 14, da Operação 6.2.2 - 20 pontos
- Outras zonas abrangidas pelo Plano Nacional para a Coesão Territorial, constantes do anexo III da RCM n.º 72/2016 – 15 pontos
- Outras zonas desfavorecidas e outras zonas menos desenvolvidas – 10 pontos
- Outras situações – 0 pontos

A valorização deste critério será efetuada com base nas condições fixadas na Orientação Técnica Específica (OTE) n.º 114/2019.

GR – Gestão do risco

Será considerada a adesão a regimes de seguro (externalização do risco) e a realização de investimentos de proteção contra os riscos abrangidos pelo seguro de colheitas, com a atribuição da seguinte pontuação:

- Exploração que disponha de seguro agrícola – 10 pontos;
- Compromisso de contratar um seguro agrícola – 5 pontos;
- Exploração que não disponha de seguro agrícola – 0 pontos;

- Investimentos de proteção contra riscos:

Realização de investimentos elegíveis específicos de proteção contra riscos, ponderando a sua relevância no investimento total elegível:

- Entre 0 e até 10% - 0 pontos
- > 10 % – 20 pontos

Pontuação acumulável até um máximo de 20 pontos, nas condições fixadas na Orientação Técnica Específica (OTE) n.º 114/2019.

A existência de seguro será validada com base na informação relativa à data de submissão de candidatura, referente ao presente exercício ou ao anterior.

Na realização de investimentos específicos será considerada a informação da candidatura (rubrica do investimento) e respetiva análise, não havendo lugar a qualquer reclassificação de rúbricas. A listagem das rubricas pontuáveis encontra-se na Orientação Técnica Específica (OTE) n.º 114/2019.

A existência de seguro será objeto de reavaliação com base na informação decorrente da validação do último pedido de pagamento.

NIP – Natureza do investimento produtivo

Será considerada a realização de investimentos elegíveis no conjunto das seguintes tipologias:

- Investimentos específicos associados à colheita e armazenamento de matérias primas para alimentação animal;
- Investimentos específicos associados à utilização de tecnologias de precisão;
- Investimentos associados a regadio com recurso a sistemas de uso eficiente da água e armazenamento;
- Investimentos específicos associados à segurança dos operadores de máquinas agrícolas.
- Investimentos de redimensionamento dos canteiros de arroz.

Será ponderada a sua relevância no investimento total elegível, da seguinte forma:

- Entre 0 e até 10% - 0 pontos
- > 10 % – 20 pontos

A pontuação neste critério será atribuída com base na informação da candidatura (rúbrica do formulário) e posterior validação em sede de análise, não havendo lugar a qualquer

reclassificação de rúbrica. A listagem das rubricas pontuáveis encontra-se na Orientação Técnica Específica (OTE) n.º 114/2019.

IA – Investimento com impacto ambiental relevante

Será considerada a realização de investimentos elegíveis no conjunto das seguintes tipologias:

- Investimentos específicos associados à gestão e tratamento de efluentes e resíduos;
- Investimentos para a redução do consumo de água e/ou recuperação ou reutilização de águas para lavagens;
- Investimentos específicos associados à proteção e melhoria da fertilidade dos solos (incluindo-se o revestimento, a preparação, espalhamento e incorporação de subprodutos ou resíduos das culturas no solo e a correção mineral e orgânica, com base em análise de solos);
- Investimentos específicos associados ao armazenamento, preparação e utilização de produtos fitofarmacêuticos;
- Investimentos associados a produção e utilização de energia renovável.

Será ponderada a sua relevância no investimento total elegível, da seguinte forma:

- Entre 0 e até 10% - 0 pontos
- > 10 % – 20 pontos

A pontuação neste critério será atribuída com base na informação da candidatura (rúbrica do formulário) e posterior validação em sede de análise, não havendo lugar a qualquer reclassificação de rúbrica. A listagem das rubricas pontuáveis encontra-se na Orientação Técnica Específica (OTE) n.º 114/2019.

MP – Modo de produção

A candidatura será pontuada tendo em conta a prática e submissão ao sistema de controlo de referenciais específicos, na área do investimento, ponderado da seguinte forma:

- Exploração com certificação e sob controlo em Modo de Produção Biológico (MPB) – 20 pontos;

- Exploração com certificação e sob controlo GLOBAL GAP – 10 pontos;
- Exploração sob controlo em Produção Integrada (PI) ou Denominação de Origem Protegida (DOP) ou Indicação Geográfica Protegida (IGP) – 10 pontos
- Compromisso de adesão – 5 pontos
- Outras situações – 0 pontos

Pontuação acumulável até um máximo de 20 pontos, nas condições fixadas na Orientação Técnica Específica (OTE) n.º 114/2019.

Este critério será aplicado com base na informação relativa à data de submissão de candidatura (sujeito à anexação de certificado em como a exploração está sob controlo em MPB, GLOBAL GAP, PI, DOP ou IGP) e à data de validação do último pedido de pagamento.

TIR – Taxa Interna de Rentabilidade

Será ponderada da seguinte forma:

- Entre 0 e 1 – 0 pontos
- Igual ou superior a 1 e inferior a 1,5% - 10 pontos
- Igual ou superior a 1,5% – 20 pontos

Este critério será validado em sede de análise de candidatura.

Nos termos do n.º 7 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro a pontuação mínima necessária para a seleção das operações candidatas não pode ser inferior ao valor mediano da escala de classificação final de 0 a 20.

Para o mesmo valor de VGO final será considerada a seguinte ordem de prioridades:

1.ª Prioridade – Candidatura apresentada por detentor de Estatuto de Agricultura Familiar, emitido pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Decreto-Lei n.º 64/2018, de 7 de agosto);

2.ª Prioridade – Candidatura que apresente à data de abertura do Anúncio maior taxa de execução, relativamente ao investimento elegível proposto;

3.ª Prioridade – Candidatura que apresente maior pontuação na Valia Global da Operação (VGO) na Operação 3.1.1;

4.^a Prioridade – Candidatura que apresente maior Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) apurada em sede de análise.

As candidaturas que não obtenham a pontuação mínima de dez pontos, em cada uma das operações 311 e 312, são indeferidas em ambas as componentes.

A VGO final para efeitos de hierarquização será a média resultante das pontuações obtidas na candidatura à operação 311 e na candidatura à operação 312.

Após hierarquização, se a dotação orçamental prevista para o Anúncio n.º 04/Operação 3.1.2/2019 (investimento) for insuficiente para aprovar todas as candidaturas com parecer favorável e por outro lado ainda não esteja esgotada a dotação orçamental prevista para o Anúncio n.º 09/Operação 3.1.1/2019, a candidatura poderá vir a ser aprovada apenas na componente da operação 3.1.1 (prémio), sendo para tal observada a hierarquização resultante da média resultante das pontuações obtidas na candidatura à operação 311 e na candidatura à operação 312, se o titular assumir o compromisso de assegurar o financiamento do plano empresarial através de capitais próprios ou alheios (financiamento bancário), por recurso a apoio obtido no âmbito das operações 3.2.1, 3.2.2 e 10.2.1.1. ou aos instrumentos financeiros.

8. FORMA, NÍVEL E LIMITES DOS APOIOS

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídio não reembolsável para os investimentos elegíveis até 700 000€ por beneficiário e de subvenção reembolsável no que exceder aquele montante, até ao valor máximo de 5 000 000€ de investimento elegível por beneficiário. A estes valores será deduzido o valor aprovado em concursos anteriores.

Os níveis de apoio a conceder no âmbito do presente período de apresentação de candidaturas, com base no custo total elegível dos investimentos propostos no pedido de apoio, em percentagem, são os constantes no Anexo II da Portaria supra citada.

9. DESPESAS ELEGÍVEIS E NÃO ELEGÍVEIS

As despesas elegíveis e não elegíveis são, designadamente, as constantes do Anexo I do regime de aplicação.

Com exceção das despesas gerais referidas no n.º 3 do anexo I, da Portaria supra citada, apenas são elegíveis as despesas efetuadas após a data de submissão da candidatura.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

As candidaturas são submetidas através de formulário eletrónico disponível no sítio no portal do Portugal 2020 em www.pt-2020.pt, ou do PDR2020 em www.pdr-2020.pt, e estão sujeitos a confirmação por via eletrónica a efetuar pela Autoridade de Gestão.

11. MEIOS DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

O presente Anúncio e demais informação relevante, nomeadamente legislação, formulário, orientação técnica com a lista de documentos a apresentar, estão disponíveis no portal do PORTUGAL 2020, em www.pt-2020.pt e no portal PDR 2020 em www.pdr-2020.pt.

O presente Anúncio é ainda publicitado em dois órgãos de comunicação social.

Lisboa, 23 de setembro de 2019

 A Gestora do PDR2020

Gabriela Freitas



Manuela Azevedo e Silva

Gestora Adjunta

1998

1999